



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PAULO CÉSAR CARVALHO DE SOUSA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL:
uma análise de cinco Projetos Políticos Pedagógicos

Brasília/DF
2025

PAULO CÉSAR CARVALHO DE SOUSA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL:
uma análise de cinco Projetos Políticos-Pedagógicos**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Educação da Universidade de
Brasília como requisito parcial para obtenção do
título de Pedagogo.

Nome do orientador

Profª Dra. Fátima Lucília Vidal Rodrigues

Brasília
2025

Esta folha destina-se à inserção da **FICHA CATALOGRÁFICA** que o autor receberá após as correções do trabalho pela biblioteca. Para a construção da ficha o(a) autor(a) deverá entrar no site da biblioteca pelo link <https://bce.unb.br/elaboracao-de-fichas-catalograficas/>

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por estar presente na minha formação acadêmica. No ensino médio, sempre fui muito ansioso e tive medo do futuro, mas sempre acreditei no processo. Nem nos meus sonhos mais ambiciosos seria capaz de imaginar o que Ele tinha preparado para mim.

Gostaria de agradecer à Profa. Fátima Vidal por ter aceitado me orientar e ser gentil ao agregar no meu repertório acadêmico. Ressalto aqui outros professores que fizeram tamanha diferença na minha jornada acadêmica, como as Professoras Lucimara, Shirleide, Paula Cobucci, Paula Gomes, entre outros. Compartilhar o saber é ter esperança pelo futuro.

Além disso, não posso deixar de mencionar meus amigos que fizeram a diferença na minha caminhada pessoal e profissional, tendo o papel de regar minha persistência para que pudesse continuar a minha caminhada universitária. Obrigado Vitor, Yasmin, Raffael, Júlia, Duda, Ana Carina, Maria Clara, Mikaelly, Matheus, entre outros.

Ser homem no campo pedagógico é uma missão dura. Por isso, gostaria de agradecer às escolas que me ofereceram a oportunidade para crescer e mostrar meus talentos, pois o que separa um bom profissional de um bom emprego é a oportunidade recebida. Muito obrigado a todas as escolas que tiveram um olhar além do gênero.

Venho saudar minha mãe e meu pai que sempre me incentivaram e sonharam esse sonho comigo, pois o meu futuro é o deles. Em especial, cito minha mãe, para quem liguei assim que passei na UnB e que me deu um tremendo apoio para seguir minha caminhada.

Agradeço à Universidade de Brasília por me possibilitar uma formação acadêmica gratuita, pública e de qualidade.

Finalizo agradecendo a Deus novamente por ter sido tão gentil comigo todos esses anos. Sou grato pelas oportunidades, experiências, professores e pelo amadurecimento que obtive durante esses anos.

“Não se pode falar de educação sem amor. [...] Se, na verdade, somos seres condicionados, devemos ir mudando as condições em que nos encontramos.”

Paulo Freire (1996).

MEMORIAL

Olá, eu me chamo Paulo, tenho 22 anos e moro na região administrativa do Riacho Fundo. Minha jornada universitária começou ao ser aprovado no Programa de Avaliação Seriada, em 2020, para ingressar no curso de Pedagogia na UnB. Um turbilhão de sentimentos tomou conta de mim: ser o primeiro integrante do núcleo familiar a ingressar em uma faculdade pública desenvolveu uma responsabilidade e motivação enormes para enfrentar essa nova jornada. Ao ingressar no curso, encontrei colegas com objetivos semelhantes aos meus e tive a oportunidade de aprender com doutores que contribuíram significativamente para minha formação profissional. Menciono aqui professores como Lucimara, Fátima, Monique, Ana Maria e Shirleide, que, por meio de seu compromisso com a profissão, nortearam minha jornada educacional.

É importante salientar que meu ingresso na faculdade coincidiu com a pandemia, e só consegui ir pela primeira vez à UnB em 2022. Com isso, tive que me adaptar ao sistema híbrido, que trouxe vantagens e desvantagens no processo de formação. Foi difícil enfrentar as dificuldades daquele momento, as quais trouxeram morte, incertezas e medos. Contudo, consegui encontrar forças para estudar. Em muitos momentos, senti arrependimento por não ter feito mais, aproveitado mais ou me engajado como deveria. Mas acredito firmemente que tudo acontece como deve acontecer.

No curso, tive o privilégio de estudar matérias que ampliaram minha visão sobre o sujeito e seus processos de construção. É evidente como a infância é crucial para preparar o sujeito em suas descobertas sobre o meio em que está inserido, e o educador tem um papel essencial nesse direcionamento. Matérias como Perspectiva do Desenvolvimento Humano, Educação Inclusiva, Infância, Criança e Educação, Alfabetização e Letramento, Avaliação Escolar e Psicologia da Educação tiveram impacto direto no desenvolvimento do meu Trabalho de Conclusão de Curso.

Saindo do campo teórico e adentrando o prático, passei por quatro escolas para explorar suas filosofias e compreender como cada uma impactava os alunos. Passei por escolas bilíngues, militares, religiosas e de educação distribuída. Enfrentei muitas barreiras que me desmotivaram em diversos momentos, especialmente por ser homem em um campo predominantemente feminino. Todavia, levei isso como incentivo para alcançar novos voos. Tornei-me o primeiro homem contratado como estagiário na área educacional em algumas dessas instituições e o primeiro a atuar na educação infantil e como auxiliar de sala em outras. Vejo um novo cenário se formando e sinto que contribuí significativamente para essa mudança.

Outro campo em que me envolvi bastante na Pedagogia foi a inclusão de crianças com deficiência ou neurodivergências, acompanhando seus processos educacionais. Trabalhei com alunos com Transtorno do Espectro Autista, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade, T21, Síndrome de Costello, Transtorno do Processamento Auditivo Central, Transtorno Opositor Desafiador, entre outros. Observar o desenvolvimento desses estudantes é gratificante e reforça a importância da inclusão no processo escolar.

Meu interesse pelo tema da inclusão educacional surgiu a partir dessas experiências, nas quais compreendi a importância da legislação e da documentação na vida dos estudantes. A partir dessas vivências, busco pesquisar e construir um repertório sobre os impactos causados aos alunos, bem como alguns destaques adotados pelas instituições responsáveis por atendê-los.

Algumas experiências serviram de lição para evitar práticas indesejáveis, enquanto outras foram cruciais para meu desenvolvimento pedagógico. É importante destacar como os documentos organizadores da vida pedagógica na escola fazem diferença na prática pedagógica de qualidade. Ter um referencial teórico e que respalde o campo de trabalho é essencial para a gestão democrática e a democratização do ensino.

RESUMO

O presente artigo propõe uma análise da implementação da educação inclusiva nas escolas públicas do Distrito Federal, utilizando como base um recorte analítico de cinco Projetos Político Pedagógicos. O objetivo é **investigar, por meio de uma análise comparativa, como esses projetos abordam a educação inclusiva no contexto do trabalho pedagógico nas escolas**. A metodologia de pesquisa utilizada foi a análise documental. Esta análise nos permitiu eleger duas categorias para discussão nesse trabalho: Formação de professores e Avaliação dos estudantes. Com base nos resultados obtidos, foi observado que a formação continuada de professores e a avaliação inclusiva dos estudantes são pilares fundamentais para a efetiva implementação da educação inclusiva e reconhecida nos Projetos Político Pedagógicos analisados. A partir das análises comparativas realizadas, destacou-se práticas e estratégias de formação e avaliação que podem ser adotadas para aprimorar a prática pedagógica e as estratégias de inclusão no ambiente das escolas públicas do Distrito Federal.

Palavras-chave: Educação. Educação Inclusiva. Escolas Públicas. Projeto Político Pedagógico.

ABSTRACT

This article proposes an analysis of the implementation of inclusive education in public schools in the Federal District, using as a basis an analytical analysis of five Political-Pedagogical Projects. The objective is to investigate, through a comparative analysis, how these projects address inclusive education in the context of pedagogical work in schools. The research methodology used was documentary analysis. This analysis allowed us to elect two categories for discussion in this work: Teacher training and Student assessment. Based on the results obtained, it was observed that continued teacher training and inclusive student assessment are fundamental pillars for the effective implementation of inclusive education and recognized in the Political-Pedagogical Projects analyzed. Based on the comparative analyses performed, training and assessment practices and strategies that can be adopted to improve pedagogical practice and inclusion strategies in the environment of public schools in the Federal District stand out.

Keywords: Education; Inclusive Education; Public Schools; Political Pedagogical Project.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
DF	Distrito Federal
GDF	Governo do Distrito Federal
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PPP	Projeto Político Pedagógico
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SIPAE-DF	Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Distrito Federal

SUMÁRIO

MEMORIAL	6
1	122
	143
	174
	194.1
	204.1.1
	204.1.2
	204.1.3
	214.1.4
	224.1.5
	224.2
	234.2.1
	244.2.2
	275
326	REFERÊNCIAS
	34

1 INTRODUÇÃO

Quando temos a oportunidade de adentrar nos estudos pedagógicos e nas diretrizes orientadoras para o processo educacional, temos o privilégio de constatar a importância de cada ponto ali colocado. Com isso, um dos pontos fundamentais para o bom funcionamento da escola é o Projeto Político Pedagógico, é dele que é extraída a identidade de uma escola, além dos objetivos, métodos, valores e acompanhamento do processo educativo de uma unidade escolar. A obrigatoriedade do Projeto Político Pedagógico (PPP), no Brasil, está prescrita na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei nº 9.394/1996.

O artigo 12 da LDB relata que "os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica." Salientamos que é necessário fazer uma ressalva quanto a educação inclusiva, pois sua implementação é imprescindível para a construção de uma escola democrática, justa e inclusiva. Transformar a escola para receber todas as crianças é um desafio para professores, gestores e todos os envolvidos no processo educacional. Como transformar a escola? Os PPPs podem ser dispositivos de ajuda nesse desafio?

A partir do meu interesse em abordar, discutir e analisar essa temática, a minha pergunta de pesquisa se configura em: **Como os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas da rede Pública do Governo do Distrito Federal (GDF) têm abordado a educação Inclusiva?** Diretamente vinculado a esta questão de pesquisa o objetivo geral é **investigar, por meio de uma análise comparativa, a abordagem da educação inclusiva nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) de cinco escolas da rede pública do Distrito Federal.** Esta investigação traz a reflexão de como esses documentos contemplam as diretrizes e práticas relacionadas à inclusão de alunos com deficiência. Meus objetivos específicos são: Identificar as diretrizes e princípios relacionados à educação inclusiva presentes nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas selecionadas e analisar por meio de quais dispositivos propostos nos PPPs se opera a promoção da inclusão de alunos com deficiência.

Para abordar essa questão, adotamos uma metodologia de pesquisa qualitativa para analisar comparativamente cinco projetos político-pedagógicos, acionando uma abordagem qualitativa na identificação, escolha dos PPPs e análise.

Esse artigo é dividido em quatro partes. No primeiro capítulo apresentamos uma discussão teórica sobre a importância dos projetos políticos pedagógicos às práticas pedagógicas de uma escola. A segunda parte é a descrição metodológica. A terceira parte do artigo apresenta as escolas, a análise e as reflexões propostas neste artigo a partir de duas

categorias: Formação de Professores e avaliação das crianças com deficiência e, por fim, as considerações finais.

2 IMPORTÂNCIA DE UM PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que minha escolha pela análise dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs), como via de entendimento da implementação da educação inclusiva nas escolas do GDF, fundamenta-se em sua relevância como documento central no planejamento e na organização pedagógica das instituições escolares. Os PPPs não apenas refletem os princípios e diretrizes legais da educação, mas também traduzem, na prática, as políticas públicas em ações concretas dentro do ambiente escolar. Essa abordagem permite observar, de forma mais detalhada e contextualizada, como as escolas estruturam e adaptam suas práticas pedagógicas para atender às demandas de inclusão, considerando as especificidades de cada comunidade escolar.

Além disso, por serem construídos coletivamente, os PPPs oferecem uma perspectiva ampla sobre os valores, as prioridades e os desafios enfrentados pelas instituições na promoção de uma educação equitativa. Essa escolha se justifica também pela possibilidade de identificar as lacunas entre o que está previsto nas legislações e o que é efetivamente implementado, contribuindo para compreender como as políticas inclusivas são implementadas em diferentes contextos escolares.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) vai além de um mero cumprimento de obrigações com as secretarias de educação. É uma aventura empolgante de autodescoberta e transformação, na qual a escola se debruça sobre sua própria realidade, traça o mapa de seu futuro e define os caminhos que a levarão à conquista dos seus sonhos. Como sabiamente nos ensina Veiga (2010), esse processo exige uma análise profunda das metas que a escola almeja alcançar, definindo com clareza seu papel na sociedade e estabelecendo as ações e estratégias necessárias para o seu sucesso.

Ilma Veiga (2010) ressalta que o Projeto Político Pedagógico (PPP) deve refletir a identidade da escola, incorporando sua missão, valores, objetivos e a visão de educação que se pretende promover. A elaboração do PPP deve ser um processo coletivo, envolvendo a participação ativa de todos os atores do ambiente escolar, como professores, alunos, pais, gestores e comunidade. Essa construção participativa garante que o documento represente de forma autêntica a realidade e os anseios da instituição, além de promover um compromisso compartilhado com a implementação das ações planejadas. A identidade da escola, manifestada através de seu PPP, deve guiar todas as suas práticas pedagógicas e administrativas, assegurando coerência e alinhamento com os princípios e metas estabelecidos. Assim, o PPP se torna não apenas um guia de ações, mas também um instrumento de democratização e de

fortalecimento da comunidade escolar, refletindo e respondendo às demandas educacionais e sociais de seu contexto específico.

Saviani (2011) contribui para o debate ao enfatizar que o PPP deve estar alinhado com a realidade social, econômica e cultural da comunidade e dos estudantes. As desigualdades presentes precisam ser identificadas e abordadas para serem superadas. O PPP deve ser um documento crítico, propondo estratégias que garantam o acesso justo e equitativo à educação, conforme previsto no Artigo 205 da Constituição Federal de 1988.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, aborda o Projeto Político Pedagógico e destaca a importância da gestão democrática na sua criação e implementação. É fundamental que as metas estabelecidas no Projeto reflitam as diretrizes e os objetivos educacionais da escola, promovendo um ambiente escolar harmonioso para todos os envolvidos.

Segundo o Censo Escolar de 2023, Brasília possui aproximadamente 1.200 escolas que abrangem desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, incluindo tanto instituições públicas quanto privadas. Assim, podemos concluir que existem cerca de 1.200 Projetos Político Pedagógicos na rede educacional do Distrito Federal. Esses PPPs refletem diferentes realidades: escolas rurais, urbanas, de classes sociais com maior poder aquisitivo, escolas com recursos limitados, escolas militarizadas e também instituições voltadas à educação Waldorf, entre outras. Um número grande que possui o objetivo de atender todo o universo de crianças e adolescentes que buscam a escola pública.

Visando à importância deste documento e alinhando-o ao pensamento teórico dos autores mencionados, é crucial entender que o Projeto Político Pedagógico transcende a simples formalidade burocrática. Ele deve ser visto como um compromisso coletivo, o qual envolve a participação ativa de toda a comunidade escolar, incluindo professores, pais, alunos e a administração do Distrito Federal.

O PPP é indispensável para refletir a singularidade das aproximadamente 1.200 escolas do Distrito Federal, conforme evidenciado pelo Censo Escolar de 2023. Cada escola tem suas próprias características e desafios, e o PPP precisa abordar essas especificidades com estratégias e metas bem definidas. Isso exige uma análise minuciosa das necessidades de cada instituição, buscando ações que promovam a qualidade do ensino, a inclusão e a equidade educacional.

Portanto, o PPP deve ser um documento vivo e dinâmico, que represente fielmente a realidade da comunidade escolar e que se adapte continuamente às suas mudanças e demandas. Dessa forma, ele assegura um desenvolvimento educacional que possa ser mais harmonioso e integral quanto integrado, alinhado com os princípios de participação democrática e de

construção coletiva. O verdadeiro valor do PPP está na sua capacidade de promover um ambiente escolar que responda eficazmente aos desafios e às necessidades específicas de cada comunidade, garantindo uma educação de qualidade para todos.

Por sua importância, esse trabalho se organiza metodologicamente a partir da leitura e análise dos PPPs, conforme apresentaremos a seguir.

3 METODOLOGIA

A investigação foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, enfocando-se na compreensão e contextualização dos PPPs e de como a implementação da educação inclusiva é abordada nesse documento. Este estudo analisou os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) de cinco escolas da rede pública do Distrito Federal (DF), com foco na inclusão educacional. As escolas foram selecionadas levando em consideração diferentes regiões administrativas e características socioeconômicas. Em seguida, os documentos foram submetidos a uma análise detalhada, destacando as seções e subseções relacionadas à educação inclusiva. A partir dessa análise documental observamos a avaliação qualitativa das políticas inclusivas delineadas nos PPPs, considerando sua adequação, eficácia e alinhamento com as diretrizes legais e os princípios da educação inclusiva.

Todos os PPPs das instituições escolares analisadas foram obtidos por meio do site de transparência do Governo do Distrito Federal, garantindo o anonimato das escolas, o que possibilitou que os dados coletados fossem tratados com confidencialidade. Os resultados são apresentados de forma descritiva e analítica, destacando os achados mais relevantes ao objetivo da pesquisa.

A investigação foi conduzida com foco na compreensão e contextualização dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e na forma como a implementação da educação inclusiva é abordada nesses documentos.

Para a análise documental, utilizamos a metodologia de análise documental conforme descrita por Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009). Essa abordagem permite entender os conteúdos dos documentos de forma sistemática e criteriosa, possibilitando uma reconstrução significativa das informações. De acordo com Bardin (2011, p. 51), a análise documental pode ser compreendida como “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referência”. Dessa maneira, buscamos não só apenas compreender as diretrizes formais apresentadas nos PPPs, mas também identificar possíveis lacunas, desafios e avanços na implementação da educação inclusiva.

Os resultados desta investigação serão apresentados de forma descritiva e analítica, destacando os achados mais relevantes em relação ao objetivo da pesquisa. A partir dessa abordagem, espera-se contribuir para um debate mais aprofundado sobre a efetividade das políticas de inclusão educacional nos documentos oficiais das escolas da rede pública do DF,

fornecendo reflexões que possam subsidiar futuras práticas e aprimoramentos na educação inclusiva.

4 DISCUSSÃO DOS DADOS ENCONTRADOS

No livro “Organização e Gestão da escola: Teoria e Prática”, José Carlos Libâneo (2012) enfatiza a importância da comparação dos Projetos Político-Pedagógico (PPPs) para ter uma compreensão mais aprofundada sobre as particularidades de cada instituição. Ele destaca que a comparação faz com que se possa identificar práticas que sejam eficazes e desafios que as diferentes escolas enfrentam promovendo uma educação mais flexível e adaptada àquela realidade, além de contribuir para uma gestão escolar mais equitativa.

A dificuldade em evitar a subjetividade em pesquisas documentais, como destacado por Antônio Carlos Gil em **Como Elaborar Projetos de Pesquisa** (2008), decorre do fato de que os documentos refletem as perspectivas e interesses de seus autores, sejam indivíduos ou instituições. Isso pode limitar a imparcialidade das informações apresentadas, já que os registros podem omitir ou distorcer aspectos relevantes da realidade que ali está sendo estudada. Nesse trabalho, tentamos problematizar as temáticas considerando seu impacto na aprendizagem dos estudantes.

Para realizar uma análise detalhada dos PPPs, dedicamo-nos à leitura, estudo e compreensão do que é priorizado em cada PPP. Ao realizarmos essa análise inicial, verificamos que dois temas se repetiam e convergiam para proposições que conectam a ação pedagógica à implementação de uma educação mais inclusiva, sendo eles: a Formação Docente e a Avaliação.

O trabalho, então, caminhou para uma discussão específica sobre os dois temas recorrentes e comuns aos PPPs analisados. Para tanto, dividimos a discussão em duas categorias essenciais: Formação de Professores e Avaliação dos Estudantes. Cada uma dessas categorias será apresentada para oferecer uma visão dos desafios, práticas vigentes e áreas potenciais de aprimoramento da inclusão nas Escolas escolhidas e que são apresentadas a seguir, para que entendamos o contexto específico de cada instituição.

Em conformidade com a Lei de Proteção de Dados, os nomes das escolas selecionadas não serão divulgados. Para fins de análise, elas serão denominadas como Escola Número Um, Escola Número Dois, Escola Número Três, Escola Número Quatro e Escola Número Cinco. As escolas foram escolhidas, como já dissemos, considerando as diferentes regiões do Distrito Federal.

4.1 Apresentação das escolas

4.1.1 Escola 1

A Escola Número 1 está localizada na Asa Norte, uma das áreas mais importantes e bem estruturadas de Brasília, no Distrito Federal. Esta escola pública é conhecida por seu compromisso com a educação de qualidade e por oferecer um ambiente acolhedor e estimulante para seus alunos. Atendendo um público diversificado que reflete a heterogeneidade socioeconômica da Asa Norte, a maioria dos alunos é residente no próprio bairro ou de áreas próximas, criando um ambiente rico em diversidade cultural e social. A escola oferece educação infantil para crianças de 4 a 5 anos, focada em atividades lúdicas e pedagógicas, e ensino fundamental nos anos iniciais (1º ao 5º ano), proporcionando uma base sólida em disciplinas fundamentais. A infraestrutura da Escola Número 1 é adequada para proporcionar um ambiente de aprendizado seguro e confortável, com salas de aula bem iluminadas e ventiladas, biblioteca com acervo variado, laboratório de informática, área de recreação, refeitório e espaços administrativos. Com aproximadamente 500 alunos distribuídos entre os segmentos de Educação Infantil e Ensino Fundamental, a escola garante a atenção individualizada e o acompanhamento de perto do progresso de cada estudante. A escola se destaca por iniciativas como o projeto de sustentabilidade, que envolve coleta seletiva de lixo e criação de uma horta escolar, parcerias com universidades para estágios supervisionados, feiras culturais e científicas anuais. Além disso, conta com um programa de voluntariado que fortalece os laços comunitários e o envolvimento dos pais, e um histórico de prêmios por suas iniciativas inovadoras e desempenho acadêmico.

4.1.2 Escola 2

A Escola Número 2, situada na região do Riacho Fundo, combina características urbanas e rurais, sendo conhecida por sua dedicação à educação de qualidade e desempenha um papel vital na formação dos alunos da região. Atendendo um público diversificado que reflete essa mistura, a maioria dos alunos reside na própria região e em comunidades rurais adjacentes, oferecendo uma riqueza cultural única. A escola oferece educação infantil para crianças de 4 a 5 anos, ensino fundamental nos anos iniciais (1º ao 5º ano), e nos anos finais (6º ao 9º ano). Com uma boa infraestrutura, a escola possui salas de aula bem iluminadas, biblioteca, laboratório de informática, área de recreação, refeitório e espaços administrativos. Atendendo aproximadamente 600 alunos, a distribuição por série é balanceada, permitindo atenção

individualizada. O Riacho Fundo, parte da Região Administrativa do Riacho Fundo (RA XVII), é caracterizado por sua diversidade urbana e rural, com áreas residenciais, zonas agrícolas e serviços públicos e privados. A Escola Número 2 destaca-se por iniciativas como o projeto de agricultura escolar com uma horta comunitária, parcerias com comunidades rurais, feiras de ciências e cultura, um programa de inclusão para alunos com necessidades especiais e um histórico de projetos premiados em educação ambiental e inclusão social. A Escola Número 2, além de atender às necessidades educacionais de sua comunidade, esforça-se continuamente para aprimorar suas práticas e expandir suas contribuições para a sociedade, em uma tentativa de dar coerência ao que vemos em seu Projeto Político Pedagógico.

4.1.3 Escola 3

A Escola Número 3, localizada no Plano Piloto, uma área central e bem estruturada de Brasília, Distrito Federal, é uma escola pública reconhecida por seu compromisso com a excelência educacional e por oferecer um ambiente acolhedor e estimulante. Atendendo a um público diversificado, principalmente da Asa Sul e áreas circunvizinhas, a escola reflete a diversidade socioeconômica da região central de Brasília, promovendo um ambiente rico em diversidade cultural e social. Oferecendo educação infantil para crianças de 4 a 5 anos e ensino fundamental nos anos iniciais (1º ao 5º ano), assim proporcionando uma base sólida em disciplinas fundamentais. A infraestrutura é projetada para proporcionar um ambiente de aprendizado seguro e confortável, com salas de aula bem iluminadas e ventiladas, biblioteca com acervo diversificado, laboratório de informática, área de recreação, refeitório e espaços administrativos. Atendendo aproximadamente 450 alunos, a distribuição por série é balanceada, permitindo atenção individualizada e acompanhamento próximo do desenvolvimento de cada estudante. Inserida na Região Administrativa de Brasília (RA I), é caracterizada por sua organização urbana e diversas opções de serviços públicos e privados. A Escola Número 3 destaca-se por iniciativas como o projeto de inclusão digital, parcerias com instituições culturais, feiras literárias, um programa de saúde escolar e um histórico de prêmios por suas iniciativas pedagógicas inovadoras e desempenho acadêmico. A Escola Número 3 não apenas atende às necessidades educacionais de sua comunidade, mas também se esforça continuamente para aprimorar suas práticas e expandir suas contribuições para a sociedade.

4.1.4 Escola 4

A Escola Número 4, localizada na área rural de Planaltina, Distrito Federal, é reconhecida por seu compromisso com a educação de qualidade e desempenha um papel crucial na formação das crianças da região. Atendendo principalmente a alunos de famílias que trabalham na agricultura e outras atividades rurais, a escola reflete a diversidade socioeconômica da região, criando um ambiente escolar rico em experiências e valores. A escola oferece educação infantil para crianças de 4 a 5 anos, ensino fundamental nos anos iniciais (1º ao 5º ano) e nos anos finais (6º ao 9º ano). Com infraestrutura adequada, apesar dos desafios típicos das áreas rurais, a escola dispõe de salas de aula bem ventiladas e iluminadas, biblioteca, laboratório de ciências, área de recreação, refeitório e espaços administrativos. Atendendo aproximadamente 300 alunos, a distribuição por série é balanceada, permitindo atenção individualizada e acompanhamento próximo do desenvolvimento de cada estudante. A Escola Número 4 destaca-se por iniciativas como o projeto de agricultura sustentável, parcerias com universidades, feiras culturais e científicas, um programa de voluntariado e um histórico de prêmios por suas iniciativas pedagógicas inovadoras e desempenho acadêmico. A Escola Número 4 não apenas atende às necessidades educacionais de sua comunidade, como também se esforça continuamente para aprimorar suas práticas e expandir suas contribuições para a sociedade.

4.1.5 Escola 5

A Escola Número 5, localizada em Santa Maria, Distrito Federal, é reconhecida por seu compromisso com a educação de qualidade e um ambiente acolhedor, atendendo aproximadamente 600 alunos da região. A escola oferece Educação Infantil para crianças de 4 a 5 anos, Ensino Fundamental nos anos iniciais (1º ao 5º) para crianças de 6 a 10 anos e nos anos finais (6º ao 9º) para alunos de 11 a 14 anos, proporcionando uma base sólida em disciplinas fundamentais. A infraestrutura inclui salas de aula bem iluminadas e ventiladas, biblioteca, laboratórios de informática e ciências, área de recreação, refeitório e espaços administrativos. Santa Maria é conhecida por sua organização urbana e diversas opções de serviços e a Escola Número 5 participa ativamente desse contexto com projetos como a inclusão digital, parcerias com universidades, feiras de ciências e cultura e um programa de voluntariado.

4.2 Análise das categorias

Comparar os Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) de diferentes escolas é uma prática extremamente enriquecedora. Ao analisar as categorias selecionadas, diversos fatores que influenciam a visão geral desses documentos foram considerados, revelando as particularidades e estratégias únicas de cada instituição. Libâneo (2012), destaca a importância da comparação entre os PPPs para compreender as especificidades de cada escola. Ele enfatiza que essa prática permite identificar desafios comuns e práticas eficazes, potencializando o trabalho pedagógico.

A comparação dos PPPs proporciona uma visão mais ampla e detalhada das diversas abordagens adotadas pelas escolas, considerando suas particularidades e os contextos em que estão inseridas. Comparar documentos de instituições situadas em contextos distintos, como uma escola rural e uma escola localizada em uma região de classe média, enriquece a compreensão das adequações feitas para atender às necessidades específicas de suas comunidades.

Cada contexto apresenta desafios e oportunidades únicos, e essa prática permite que as escolas aprendam umas com as outras, adotando práticas bem-sucedidas e ajustando-as às suas realidades. Essa troca de experiências promove o desenvolvimento de estratégias pedagógicas mais eficazes e inovadoras, beneficiando tanto os alunos quanto os educadores.

Além disso, a comparação estimula uma reflexão crítica sobre as práticas adotadas, incentivando melhorias contínuas e o aprimoramento do trabalho pedagógico. Tal abordagem fortalece o sistema educacional como um todo e contribui para a construção de um ambiente de aprendizado mais inclusivo e equitativo.

Comparar os PPPs também possibilita que as escolas identifiquem desafios recorrentes, como a falta de recursos ou a necessidade de formação continuada para os professores, e desenvolvam soluções colaborativas para enfrentá-los. Essa perspectiva colaborativa e reflexiva potencializa o trabalho pedagógico, promovendo um desenvolvimento educacional mais harmônico e integrado.

Em suma, a comparação entre os PPPs é uma ferramenta valiosa para a melhoria da educação, pois oferece insights sobre as práticas pedagógicas adotadas em diferentes contextos, facilitando a troca de experiências e a implementação de estratégias mais eficazes, adaptadas às necessidades específicas de cada comunidade escolar.

Nesse artigo, realizamos um exercício analítico a partir de duas categorias que se repetiram nos cinco PPPs escolhidos: Avaliação e Formação Docente. Temos clareza de que outras inúmeras possibilidades poderiam enriquecer esse processo de estudo, mas, nesse

momento, elegemos as duas mais pertinentes aos documentos lidos. O aprofundamento e a expansão da intencionalidade dessa análise ficarão para os próximos passos acadêmicos.

4.2.1 Avaliação

Libâneo descreve “A escola tem por principal tarefa na nossa sociedade a democratização dos conhecimentos, garantindo uma cultura de base para todas as crianças e jovens”, com ou sem deficiência (LIBÂNEO, 2013, p. 140). Ele descreve as funções sociais que a escola tem a desenvolver na sociedade, para que a democratização do saber seja efetivamente alcançada. Uma dessas funções é realizada por meio da avaliação, avaliar um estudante é ter como instrumento de pesquisa para constatar, provocar a ação docente, levar em conta o sucesso do estudante sobre o conteúdo que deve ser alcançado e o compromisso ético do educador.

Veiga (2008, p. 286) destaca que “os processos de aprendizagem se desenvolvem em múltiplas direções e ritmos que não seguem propriamente os padrões regulares”. A autora alimenta ainda o debate sobre avaliação ilustrando que os processos de aprendizagens não são padrões comuns a todos os estudantes, e a necessidade de ter um olhar singular do professor sobre a forma de aprender de seus estudantes.

A avaliação é um componente crucial no processo educacional, permitindo ao professor definir critérios para planejar atividades e criar novas situações que impulsionam o progresso na aprendizagem dos alunos. Sua função é monitorar, orientar, ajustar e redirecionar o trabalho educativo.

Portanto, a avaliação deve ser vista como uma ferramenta a serviço da aprendizagem, com o objetivo de melhorar continuamente as práticas educacionais, identificando problemas, encontrando soluções e corrigindo direções. Além disso, a avaliação serve para identificar as deficiências dos estudantes e, assim, aprimorar as práticas pedagógicas, tornando-as mais claras e direcionadas no processo educativo. Portanto, a escolha da avaliação como tema de análise para esta pesquisa foi fundamental para destacar o que essas escolas estão planejando e implementando. Ao analisarmos os documentos escolhidos para análise seguindo a primeira categoria que é avaliação, é notório a importância que os cinco projetos políticos pedagógicos têm em exercer a Avaliação Formativa que é estipulada pela secretaria de educação do Distrito Federal.

A avaliação é realizada no sentido de diagnosticar os processos de ensino e aprendizagem e a partir dos diagnósticos e orientações que potencializam os progressos das aprendizagens das crianças e dos demais sujeitos que compõem a

escola. Na avaliação formativa, todos os sujeitos são avaliados e “podem promover as aprendizagens de todos por meio da autoavaliação e do feedback (retorno), que comporão um movimento dialético no qual os atores deverão tomar como elemento valioso o diálogo que se estabelecerá (Diretrizes de avaliação educacional aprendizagem institucional e em larga escala apud PPP Escola 1, 2023, p. 13).

Todos os Projetos Políticos Pedagógicos salientam em seus textos a importância da Avaliação Formativa na qualificação do trabalho pedagógico. **A Avaliação Formativa é descrita como um esforço colaborativo entre professores, equipe pedagógica e estudantes, visando um desenvolvimento eficaz.** Villas Boas (2019, p. 18) destaca essa colaboração: “é uma tarefa colaborativa de professores e equipe pedagógica porque causará impacto no desenvolvimento de todo trabalho”.

Sendo assim, nosso método de avaliação é processual/formativa, sendo o rendimento escolar e desenvolvimento das habilidades requeridas em cada série/ano, expressos por meio de relatório descritivo e individual por bimestre, participação das atividades propostas pelo professor e pela escola como exposições orais, trabalhos em grupo, atividades artísticas e culturais, entre outros. (Projeto Político Pedagógico escola 4, 2023, p. 175).

As escolas A e B foram as únicas que no tópico de avaliação ressaltaram as crianças com necessidades educativas específicas em sua composição. A escola A não aprofunda muito sobre a avaliação e as formas de avaliar do educando com deficiência, **mas salienta sobre a importância da adequação curricular para os estudantes que necessitam.** A escola B retrata a adequação curricular, atendimento educacional especializado e o trabalho do professor para exercer esse olhar diferenciado para a avaliação do educando. A escola B ressalta:

Como uma escola inclusiva, estamos preparados para receber o aluno especial e auxiliá-lo para que progrida, avance e aprenda. Nessa linha de pensamento, **fazemos uso da adequação curricular ancorados em uma avaliação diagnóstica,** mas também processual, com instrumentos efetivos aliados a um planejamento coletivo, onde a equipe pedagógica, o atendimento educacional especializado e o professor regente buscam alternativas para promover as aprendizagens dos estudantes. (Projeto Político Pedagógico escola 2, 2023, p. 78).

Todas as escolas apresentam em seu tópico sobre avaliação de larga escala o uso do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) para a constatação de dados. Além disso, as escolas B e E também relatam que fazem o uso do Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Distrito Federal (SIPAE-DF). Infelizmente a avaliação de larga escala não é um instrumento inclusivo para medir o conhecimento das crianças com necessidades educativas específicas, e não é apresentado nenhum tipo de inclusão para constar o conhecimento das mesmas nos Projetos.

Além dessa avaliação também contamos com as avaliações de larga escala. A Portaria no 38, de 18 de fevereiro de 2020, regulamenta o Sistema Permanente de Avaliação Educacional da Secretaria de Educação do DF (SIPAEDF), que tem o objetivo de assegurar o processo distrital de avaliação dos estudantes, das unidades escolares e do sistema de ensino. (Projeto Político Pedagógico escola 5, 2023, p. 50).

As escolas B, C e D ao falar sobre avaliação, destacam os métodos utilizados para que seja algo dinâmico e significativo aos estudantes como: Portfólio, observações, registros, jogos pedagógicos, preenchimentos de fichas, registros reflexivos, jogos didáticos, trabalhos individuais e em grupos.

Há também estratégias que implementam a perspectiva formativa da avaliação para as aprendizagens como o grafismo, os cadernos de identidade e de letramento, os registros e produções artísticas nos murais, bem como, fotografias e vídeos que ilustram o processo de desenvolvimento e descobertas das crianças. (Projeto Político Pedagógico escola 3, 2023, p. 80).

Abaixo um quadro melhor expondo os dados encontrados:

Escola 1	Apenas menciona adequação curricular, sem aprofundar métodos avaliativos.
Escola 2	Trabalha com avaliação diagnóstica e processual para alunos com deficiência.
Escola 3	Foco na diversidade metodológica, mas sem destaque para necessidades específicas.
Escola 4	Relata práticas avaliativas flexíveis, mas não menciona estratégias inclusivas.
Escola 5	Relata uso do SIPAE-DF, mas sem estratégias específicas para inclusão.

Todas as escolas abordam os Projetos Educacionais Individualizados (PEIs) com o objetivo de oferecer uma atenção personalizada ao ensino e à aprendizagem de cada aluno. Isso é de suma importância para garantir os direitos educacionais dos estudantes, além de demonstrar o comprometimento da escola com o desenvolvimento acadêmico e pessoal de cada um. A implementação desses projetos permite que os educadores identifiquem e respondam às necessidades específicas de cada estudante, promovendo um ambiente inclusivo e acolhedor. Além disso, essa abordagem personalizada ajuda a maximizar o potencial de cada aluno, incentivando a autonomia, a motivação e o engajamento no processo educativo. As escolas, assim, reforçam seu papel fundamental na construção de uma educação mais equitativa e eficaz.

4.2.2 Formação de professores

A análise sobre a formação de professores e avaliação nas escolas é fundamental para a construção de uma educação inclusiva e de qualidade. A formação de professores é um dos critérios de suma importância para a qualidade de ensino pedagógico. Isso faz com que tenha impacto com a aprendizagem dos estudantes, no avanço da equidade na escola, motivação sobre o trabalho e no investimento do conhecimento.

Libâneo (1994), afirma: “A formação continuada do professor é indispensável para a renovação de sua prática pedagógica e para a melhoria da qualidade do ensino”. É fundamental que o professor se envolva em processos de formação permanente, que o ajudem a refletir sobre sua prática e a buscar novas estratégias de ensino.” (Libâneo, 1994, p. 67).

No trecho citado, Libâneo enfatiza a formação continuada como fundamental para a renovação da prática pedagógica dos professores, visando diretamente a melhoria do ensino para os estudantes. Ele ressalta a necessidade de os professores estarem constantemente engajados em processos formativos, promovendo a reflexão sobre suas práticas e buscando novas estratégias de ensino. Essa perspectiva reconhece a educação como um campo dinâmico, onde abordagens e metodologias estão em constante evolução. A formação continuada é crucial para manter o corpo docente atualizado, explorando novas práticas educacionais, tecnologias e planejamentos. Além disso, a reflexão sobre a prática pedagógica permite ao educador identificar pontos fortes e áreas a serem desenvolvidas em seu ensino, contribuindo para um aprimoramento contínuo de sua profissão.

Libâneo complementa dizendo que “A formação continuada dos professores deve ser entendida como um processo permanente de desenvolvimento profissional, que contribui para a melhoria das práticas pedagógicas e para a construção de uma escola de qualidade.” (Libâneo, 2004, p. 123).

O autor amplia a discussão sobre a formação dos professores, descrevendo-a como um processo permanente de desenvolvimento profissional. Ele afirma que a formação é essencial não apenas para melhorar o trabalho pedagógico, mas também contribui para uma escola de qualidade. Ao relatar que a formação continuada é um processo permanente, Libâneo destaca que deve ser contínua e firmada ao longo das carreiras dos professores, e não um evento isolado. Essa abordagem reconhece que a educação enfrenta desafios constantes e que os professores precisam estar preparados para se adaptar a novas demandas e contextos. A melhoria das atividades pedagógicas promovida pela formação continuada resulta em um ambiente escolar eficaz, capaz de atender melhor às necessidades dos estudantes e da comunidade ao redor.

Assim, a formação continuada dos professores é vista como um investimento essencial para a efetivação da educação de qualidade, refletindo diretamente no êxito e desenvolvimento dos estudantes.

É notório nos Projetos Políticos Pedagógicos apresentados a presença de um programa de formação continuada para um melhor desempenho dos professores com o trabalho pedagógico. Assumindo o compromisso que é citado por Libâneo (2004) sobre o quão fundamental a formação é necessária para o processo de reencontro do profissional sobre o ensino e a prática educacional.

A escola 5, apresenta diferentes formas de formação dos professores incluindo cursos intensivos e formações externas como retratado no Projeto Político pedagógico da escola 5:

A formação continuada refere-se a um processo de aprendizagem e desenvolvimento profissional dos educadores, com atividades e iniciativas voltadas para a atualização, aperfeiçoamento e aquisição de novos conhecimentos, habilidades e competências necessárias para a prática docente. Esse processo pode ser realizado de diversas formas, como cursos intensivos ou de curta duração, palestras, oficinas, treinamentos, ou qualquer outro sistema que sirva para atualizar os professores sobre as questões da atualidade. (Projeto Político Pedagógico escola 5, 2023 p. 50).

Desta forma, é apresentado a diversidade que temos de repertório para explorar esse tópico com os profissionais da educação. Para que assim, seja algo dinâmico, significativo e diverso.

A escola E tem uma abordagem explícita sobre a educação para a diversidade e inclusão, refletindo sobre as diferenças culturais e promovendo um ambiente de aprendizagem onde todos os estudantes se sintam valorizados e respeitados. Essa escola busca integrar práticas pedagógicas que reconheçam e celebrem a diversidade, incentivando a compreensão e a aceitação mútua entre os alunos. Por outro lado, a escola 4 também aborda a inclusão, mas com um foco específico nas políticas de formação para o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Isso inclui a preparação de professores e a implementação de estratégias e recursos pedagógicos adaptados para atender às necessidades educacionais específicas de alunos com deficiência ou outras dificuldades de aprendizagem, garantindo que todos tenham acesso a uma educação de qualidade.

A Escola Classe 4 entende que os desafios impostos pela inclusão educacional não serão somente de ordem ideológico-filosófica, mas, prioritariamente, de formação profissional docente: mais um processo do que um fim. Não é apenas uma tarefa técnica, exige uma mudança conceitual nos valores culturais da escola e, sobretudo, da sociedade. (Projeto Político Pedagógico escola 5, 2023 p. 52).

As escolas 1, 2 e 3 destacam a importância das coordenações pedagógicas e dos

encontros coletivos para a formação continuada dos professores, reconhecendo que essas práticas são essenciais para o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade do ensino. Em contrapartida, as escolas 4 e 5 também mencionam as coordenações pedagógicas, mas colocam maior ênfase em outras formas de formação, demonstrando uma abordagem mais diversificada para o desenvolvimento de seus educadores.

A formação de professores é um dos critérios de suma importância para a qualidade de ensino pedagógico. Isso faz com que tenha impacto com a aprendizagem dos estudantes, no avanço da equidade na escola, motivação sobre o trabalho e no investimento do conhecimento. Libâneo (1994), afirma: “A formação continuada do professor é indispensável para a renovação de sua prática pedagógica e para a melhoria da qualidade do ensino. É fundamental que o professor se envolva em processos de formação permanente, que o ajudem a refletir sobre sua prática e a buscar novas estratégias de ensino.” (Libâneo, 1994, p. 67).

No trecho citado, Libâneo enfatiza a formação continuada como fundamental para a renovação da prática pedagógica dos professores, visando diretamente a melhoria do ensino para os estudantes. Ele ressalta a necessidade de os professores estarem constantemente engajados em processos formativos, promovendo a reflexão sobre suas práticas e buscando novas estratégias de ensino. Essa perspectiva reconhece a educação como um campo dinâmico, onde abordagens e metodologias estão em constante evolução. A formação continuada é crucial para manter o corpo docente atualizado, explorando novas práticas educacionais, tecnologias e planejamentos. Além disso, a reflexão sobre a prática pedagógica permite ao educador identificar pontos fortes e áreas a serem desenvolvidas em seu ensino, contribuindo para um aprimoramento contínuo de sua profissão.

Libâneo complementa dizendo (2004). “Educação escolar: políticas, estrutura e organização” que “A formação continuada dos professores deve ser entendida como um processo permanente de desenvolvimento profissional, que contribui para a melhoria das práticas pedagógicas e para a construção de uma escola de qualidade.” (Libâneo, , 2004, p. 123).

O autor amplia a discussão sobre a formação dos professores, descrevendo-a como um processo permanente de desenvolvimento profissional. Ele afirma que a formação é essencial não apenas para melhorar o trabalho pedagógico, mas também contribui para uma escola de qualidade. Ao relatar que a formação continuada é um processo permanente, Libâneo destaca

que deve ser contínua e firmada ao longo das carreiras dos professores, e não um evento isolado. Essa abordagem reconhece que a educação enfrenta desafios constantes e que os professores precisam estar preparados para se adaptar a novas demandas e contextos. A melhoria das atividades pedagógicas promovida pela formação continuada resulta em um ambiente escolar eficaz, capaz de atender melhor às necessidades dos estudantes e da comunidade ao redor. Assim, a formação continuada dos professores é vista como um investimento essencial para a efetivação da educação de qualidade, refletindo diretamente no êxito e desenvolvimento dos estudantes.

É notório nos Projetos Políticos Pedagógicos apresentados a presença de um programa de formação continuada para um melhor desempenho dos professores com o trabalho pedagógico. O compromisso que é citado por Libâneo (2004) sobre o quão fundamental a formação é necessária para o processo de reencontro do profissional sobre o ensino e a prática educacional.

A escola 5, apresenta diferentes formas de formação dos professores incluindo cursos intensivos e formações externas como retratado no Projeto Político pedagógico da escola 5:

A formação continuada refere-se a um processo de aprendizagem e desenvolvimento profissional dos educadores, com atividades e iniciativas voltadas para a atualização, aperfeiçoamento e aquisição de novos conhecimentos, habilidades e competências necessárias para a prática docente. Esse processo pode ser realizado de diversas formas, como cursos intensivos ou de curta duração, palestras, oficinas, treinamentos, ou qualquer outro sistema que sirva para atualizar os professores sobre as questões da atualidade. (Projeto Político Pedagógico escola 5, 2023 p. 50).

Desta forma, é apresentado a diversidade que temos de repertório para explorar esse tópico com os profissionais da educação. Para que assim, seja algo dinâmico, significativo e diverso.

A Coordenação Pedagógica constitui-se em um espaço-tempo de reflexões sobre os processos pedagógicos de ensino e de aprendizagem e formação continuada, tendo por finalidade planejar, orientar e acompanhar as atividades didático-pedagógicas, a fim de dar suporte ao Projeto Político Pedagógico - PPP. (Projeto Político Pedagógico escola C, 2023 p. 84). A análise das categorias avaliação e formação de professores revela como ambas são pilares fundamentais para a implementação da educação inclusiva nas escolas do GDF. A avaliação, ao ser utilizada de forma formativa e diagnóstica, permite não apenas acompanhar o desenvolvimento dos estudantes, mas também identificar suas necessidades específicas,

promovendo ajustes pedagógicos que garantam a equidade no processo de ensino-aprendizagem. Por outro lado, a formação continuada dos professores é essencial para capacitá-los a lidar com a diversidade em sala de aula, fornecendo-lhes estratégias, recursos e reflexões que favorecem práticas mais inclusivas e alinhadas aos princípios da inclusão. Juntas, essas categorias mostram como o fortalecimento de práticas avaliativas e a qualificação constante dos educadores podem contribuir para uma escola mais acolhedora, equitativa e eficaz, onde todos os estudantes, com ou sem deficiência, tenham acesso a uma educação de qualidade e oportunidades reais de aprendizado e desenvolvimento.

Em resumo, a combinação entre uma avaliação formativa e a formação continuada dos professores fortalece a inclusão escolar, tornando a educação mais acessível e de qualidade para todos os alunos. A análise das PPPs mostra que as escolas estão comprometidas com a criação de práticas pedagógicas que respeitem e celebrem as diferenças, ao mesmo tempo em que capacitam seus educadores para enfrentar os desafios da diversidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel da escola em nossa sociedade é profundamente ligado à democratização do conhecimento, como aponta o Libâneo (2013). Nesse sentido, a escola deve ser um espaço que acolha e promova a aprendizagem de todos, com ou sem deficiência, garantindo que todos os estudantes tenham acesso à cultura, à educação e ao saber. Para isso, a avaliação e a formação docente se tornam instrumentos essenciais, pois não apenas potencializam o progresso dos alunos como também orientam e ajustam as práticas pedagógicas para que o processo de ensino e aprendizagem se torne mais eficaz.

A avaliação formativa, em particular, surge como uma ferramenta indispensável para o avanço educacional. Ela possibilita que o professor acompanhe de perto o desenvolvimento de seus alunos, permitindo intervenções imediatas e ajustadas às necessidades de cada um. Como ressaltam os Projetos Políticos Pedagógicos analisados, essa abordagem é colaborativa, envolvendo tanto a equipe pedagógica quanto os estudantes, promovendo um ambiente de diálogo e reflexão que fortalece o processo de aprendizagem. Villas Boas (2019) destaca essa importância ao descrever a avaliação formativa como um esforço coletivo que impacta diretamente o desenvolvimento de todo o trabalho pedagógico.

Entretanto, um dos desafios ainda presentes é a inclusão plena de estudantes com deficiência nos processos avaliativos. **Embora algumas escolas mencionem adequações curriculares e práticas voltadas a esses alunos, a ausência de estratégias claras para incluir esses estudantes nas avaliações de larga escala, como o SAEB e o SIPAE-DF, evidencia uma lacuna significativa. A inclusão não pode ser vista apenas como uma questão curricular; ela precisa permear todos os aspectos do processo educativo, incluindo a avaliação.**

Destacamos, por conseguinte, que a formação continuada dos professores aparece como um dos pilares para que essas mudanças possam ser efetivadas. Como afirma Libâneo (1994), a constante atualização e reflexão sobre a prática pedagógica são essenciais para que os educadores possam se adaptar às demandas contemporâneas da educação, especialmente no que diz respeito à inclusão e à diversidade. **Os PPPs das escolas analisadas mostram um compromisso com a formação dos professores, oferecendo cursos, palestras e outros formatos de capacitação. Isso é fundamental para que os docentes desenvolvam novas estratégias que atendam às necessidades de todos os alunos, contribuindo para a criação de uma escola mais inclusiva e equitativa.**

Além disso, a personalização do ensino, por meio dos Projetos Educacionais Individualizados, destaca-se como uma prática que fortalece a autonomia dos estudantes e promove um ambiente mais acolhedor. Quando a escola se compromete com o desenvolvimento acadêmico e pessoal de cada aluno, ela desempenha um papel central na construção de uma educação mais justa e significativa.

Portanto, a avaliação processual/formativa, em conjunto com a formação continuada dos professores, representa um caminho promissor para a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade. A escola, ao reconhecer as singularidades de cada estudante e investir na capacitação de seus profissionais, cumpre seu papel social de democratização do saber, preparando todos para uma participação ativa e consciente na sociedade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 out. 2024.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 15 maio 2024.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2023**: Resumo Técnico. Brasília: INEP, 2023.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2012.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. Goiânia: Alternativa, 2013.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes de Avaliação Educacional**: Aprendizagem Institucional e em Larga Escala. Brasília: Ministério da Educação, 2020.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 39. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.
- SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. **Projeto Político Pedagógico 2023**. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/projeto-politico-pedagogico-2023/>. Acesso em: 13 fev. 2025.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- LIBÂNEO, José Carlos. **A aprendizagem escolar e a formação de professores na perspectiva da psicologia histórico-cultural**. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 29, n. 3, p. 85-105, 2004.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A organização didática da aula. *In*: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Aula**: gênese, dimensões, princípios e práticas. Campinas, SP: Papyrus, 2008.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da Escola**: Uma Construção Possível. Campinas, SP: Papyrus, 2010.
- VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas (org.). **Conversas sobre avaliação**. Campinas, SP: Papyrus, 2019.